

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS ESTUDANTES QUE RESIDEM NO CAMPO

Karolliny Danielle Santos¹
Felipe Carlos Corrêa Lima²
Suelen de Castro²

RESUMO

Este artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada em sites, livros e artigos científicos a fim de se estudar como é a educação escolar das crianças e jovens que vivem nas comunidades rurais. O objetivo consiste em fazer uma comparação entre as escolas do campo e as escolas da cidade, mostrando as limitações que os estudantes da zona rural encontram, como a infraestrutura, as condições climáticas e geográficas e o meio de locomoção utilizado pelos estudantes para terem acesso à escola. Além disso, como os estudantes da zona rural precisam ir para as escolas urbanas para terminarem seus estudos, também é discutido o processo de inclusão deles nessas escolas.

Palavras-Chave: Educação, Escola do Campo, Escola Urbana.

THE CHALLENGES FACED BY STUDENTS WHO LIVE IN A RURAL AREA

ABSTRACT

This paper presents a qualitative research based on websites, books, and scientific articles in order to study how is the school education for children and young people who live in a rural area. It was made a comparison between rural schools and urban schools, explaining the limitations of the students from rural school, such as infrastructure, climatic and geographical conditions, and the mode of transport used by students to access the school. In addition, it is also discussed the inclusion of the rural students in the urban schools when they need to go to these schools to finish their studies.

Keywords: Education, Rural School, Urban School.

Recebido em 11 de novembro de 2021. Aprovado em 26 de novembro de 2021.

¹ Doutora e mestre em Engenharia de Produção pela UFMG e graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Unimontes.

² Universidade do Estado de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação rural no Brasil iniciou-se no século XX, período em que surgiu o movimento denominado “ruralismo pedagógico” que tinha como o objetivo conter o êxodo rural devido ao crescimento da urbanização no Brasil. Segundo Barreiro (2007), as escolas das zonas rurais passaram a ter uma maior atenção por parte dos poderes públicos na década de 1930, período em que a escola rural era valorizada como ensaios de processos agrícolas modernos pelo ruralismo pedagógico.

A vida no campo é tida como simples, tranquila e com muito trabalho. A maioria das famílias que vive na zona rural dedica-se à agricultura ou à pecuária, uma realidade presenciada pelas crianças e jovens desde muito cedo, pois acompanham de perto a rotina e luta de seus pais e familiares na busca por melhoria de vida e pelo sustento diário. De acordo com Freitas (2011), as escolas rurais desempenham atualmente um processo de transformação cultural, tendo como desafio conhecer e desenvolver uma formação integral de trabalhadores do campo promovendo uma autotransformação humana.

As crianças e adolescentes do campo frequentam escolas rurais durante toda ou quase toda sua vida escolar, enfrentando obstáculos que podem comprometer seu desempenho e rendimento na escola. Dentre as causas desses possíveis déficits escolares estão: condições climáticas, geográficas, físicas e estruturais. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é abordar as dificuldades encontradas pelos discentes que residem no campo através de um estudo qualitativo de artigos científicos, livros e sites que abordam o tema.

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa é uma pesquisa qualitativa baseada na legislação, livros e artigos científicos a fim de analisar tanto as experiências das crianças e jovens que moram na zona rural quanto a maneira de viver e as atividades desempenhadas pelos seus familiares que normalmente são pessoas que dedicam completamente seu tempo e esforço nas atividades relacionadas com a terra, agricultura ou pecuária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Toda população de maneira direta ou indireta depende do campo, pois é da terra que se extrai recursos como alimentícios, higiênicos e vestuários que garantem a subsistência dos seres humanos. Para isso, precisa-se do homem do campo para realizar as atividades, produzir e processar os recursos oriundos da terra. De acordo com Molina e Freitas (2011) cabe à escola o desafio de contribuir para a transformação das relações e ideologias que fundamentam as relações sociais na lógica do capital, que ensinam as crianças e os jovens o sentido de transformar a natureza para satisfazer as necessidades humanas entendendo que nós produzimos a partir do próprio trabalho e que vivemos desse nosso trabalho.

No início do século XX, os polos urbanos se desenvolveram significativamente e uma parte considerável da população rural foi atraída para as cidades em busca de melhores condições de vida e oportunidades de empregos assalariados. Na década de 1930, a população rural que ficou no campo precisou ter acesso à escola para poder se adaptar às novas condições modernistas da agricultura. Devido ao ruralismo pedagógico, que propunha uma escola integrada com as condições locais (campo) em que o objetivo era controlar o êxodo rural e manter o homem na zona rural, as instituições escolares tiveram uma maior atenção por parte dos poderes públicos.

O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação para o trabalhador rural que tinha como fundamento básico a fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Ou seja, um grupo de intelectuais, pedagogos ou livres-pensadores

defendiam que devia haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o homem do campo, ou que, pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída desse habitat, considerado natural para as populações que habitam ao longo de muito tempo (NETO, 2016, p. 15).

Em 1934, o ensino primário escolar no Brasil passou a ser obrigatório, com responsabilidade penal legalizada em 1940 (Constituição de 1934 – Artigo 150 – Parágrafo Único - Alínea “a”). Tornando-se obrigatório a permanência e frequência dos estudantes na escola durante os anos iniciais, sendo o não cumprimento, sem justa causa, passível de multa e reclusão de 15 a 30 dias. Em 1967, o ensino obrigatório passou de 4 (quatro) para 7 (sete) anos, para toda criança e adolescente de acordo com Emenda Constitucional (EC) de 1969. Com as Leis 11.141 de 2005 e 11.274 de 2006, o ensino fundamental passou a ser obrigatório, ter 9 anos de duração, e a exigir que os professores tivessem formação superior para atuar nas escolas de Ensino Fundamental I. Além disso, os responsáveis legais deviam efetuar a matrícula escolar no ensino fundamental dos menores a partir dos 6 anos de idade. Em 2009, a Lei 12.061 garantiu o ensino fundamental e médio gratuito, e em 2013, pela Lei 12.796, o ensino passou a ser obrigatório dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. Essas informações e outras relativas ao desenvolvimento da educação obrigatória no Brasil são sumarizadas na Tabela 1.

Tabela 1: Legislação da educação obrigatória no Brasil.

Legislação/data	Mecanismos de regulamentação disciplinamento.
CF 1934	Ensino primário é obrigatório.
CF 1946	
Código Penal de 1940	Deixar sem justa causa de prover a instrução primária de filho em idade escolar é passível de 15 a 30 dias de reclusão e multa.
Estatuto da Criança de 1990	
Lei 4.024 de 1961	Obrigatório 4 anos no ensino primário;
Plano Nacional de Educação 1962	Progressiva extensão da escola primária para 6 anos.
CF 1967	O ensino dos 7 aos 14 é obrigatório;
Emenda Constitucional de 1969	Ensino primário é obrigatório para todos.
Artigo 20 d Lei 5.692 de 1971	O ensino do 1 grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos.
CF 1988 0 art 208	Ensino fundamental é direito público subjetivo; EJA e progressão obrigatória ao ensino médio; Atendimento gratuito de crianças dos 0 aos 6 anos.
Lei 9.394 de 1996	
Lei 11.114 de 2005	É dever dos pais e responsáveis efetuar a matrícula dos menores a partir dos 6 anos de idade, no ensino fundamental;
Lei 11.274 de 2006	Ensino fundamental terá 9 anos obrigatórios;
	Obrigatoriedade de formação superior docente para atuar nas escolas públicas.
Lei 11.700 de 2008	Vaga próxima a residência a partir dos 4 anos.

Lei nº- 12.061, de 2009 12.796, de 2013	Universalização do ensino fundamental e médio gratuito; Obrigatório 4 anos e até os 17 anos de idade.
--	--

Fonte: “Legislação da educação obrigatória no Brasil”. Luther; Gerhardt (2018).

Educação no campo *versus* educação urbana

Ao comparar a educação brasileira na zona rural com a educação brasileira na zona urbana, pode-se observar características físicas bastante distintas no sentido de condições estruturais e condições do que seria o ideal para um bom rendimento/aprendizado dos discentes matriculados na escola do campo. De acordo com Alves e Xavier (2018), a importância da infraestrutura é reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/1996) e nos planos nacionais da educação. A LDB, embora não faça referência direta à infraestrutura nos estabelecimentos escolares, estabelece que a oferta educativa tem que ter pelo menos condições mínimas de qualidade. De acordo com Hage (2006), estudar em escolas com condições desfavoráveis faz com que os estudantes se sintam desestimulados em estudar na sua própria comunidade, fortalecendo o preconceito de escola empobrecida que é oferecida no meio rural.

Na maioria das situações, as escolas situadas no meio rural não contam com acesso à internet. Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2019, apenas 44% dos moradores das áreas rurais faziam uso da internet. Sendo que na zona urbana esse índice é de 70%. Assim, para os estudantes da zona rural conseguirem ter acesso a materiais didáticos disponíveis nas plataformas digitais é mais difícil do que para os estudantes da zona urbana. Além da limitação ao uso de internet, quando comparados aos estudantes na mesma faixa etária da zona urbana, o nível de escolaridade dos jovens e adultos que residem no campo é inferior. Conforme Neto (1998), esse problema, porém, não se restringe ao Brasil, visto que o analfabetismo no meio rural pode ser considerado como o grande problema dos países menos desenvolvidos e que para solucionar os problemas do campo entre eles a educação, seria necessário programas voltados para a população rural de maneira a garantir um ensino aprendido de qualidade.

As dificuldades quanto ao acesso à escola

As crianças e jovens que vivem no campo, no contexto educacional, enfrentam obstáculos para terem acesso à educação escolar, pois além das condições estruturais e geográficas, as escolas rurais em sua maioria, estão localizadas distantes das suas casas. Segundo Souza (2008), em muitos estados as escolas passaram por um processo de nucleação, política municipal e/ou estadual de fechamento e abertura ou fortalecimento de escolas localizadas numa área central, entre bairros ou comunidades rurais. Assim, muitos alunos passaram a percorrer uma distância maior entre a moradia e a escola.

Além disso, em algumas épocas do ano, o ambiente rural não é pertinente para o deslocamento dos estudantes até a instituição de ensino. O barro, por exemplo, no período chuvoso e a poeira no período de seca, são obstáculos naturais que podem trazer alguns problemas para os estudantes relacionadas com o transporte e com a saúde. Segundo Barradas (1986), as infecções respiratórias são mais frequentes entre as pessoas nos meses frios ou chuvosos, pois ficam mais tempo dentro de casa, e em ambientes pequenos e fechados, os vírus da pessoa doente passam para as outras pessoas com mais facilidade podendo gerar complicações sérias. Outro obstáculo encontrado por esses estudantes, é que na maioria das vezes, as aulas nas escolas rurais são pela manhã ou pela tarde. Assim, os estudantes precisam acordar cedo para chegarem em tempo do início das aulas quando estão matriculados no período matutino, ou enfrentar o sol e o calor quando estudam no período vespertino.

Porém, nem todo o povoado da zona rural tem transporte escolar disponível. Assim, muitos estudantes assistem as aulas cansados, pois têm que caminhar de sua casa à escola, o que pode interferir no seu desempenho durante as aulas. Quando o transporte escolar é concedido pelos órgãos públicos em dias comuns sem chuvas, os discentes chegam facilmente à escola, ainda que tenham que ficar algum tempo no transporte escolar. Já em dias de chuva, como as estradas são de terra, ficam mais escorregadias e com barro, dificultando dessa maneira a locomoção do meio de transporte. Além do problema com a locomoção, a educação brasileira na zona rural quando comparada com a educação na zona urbana, apresenta características físicas bastante distintas no sentido de condições estruturais, acesso a informações e condições do que seria o ideal para um bom rendimento e aprendizado dos discentes matriculados na escola do campo.

Segundo Neto (2005), as diferenças entre a educação dos filhos dos trabalhadores rurais e do homem da cidade se ampliam ainda mais quando consideramos a infraestrutura disponibilizada para atender os dois ambientes escolares, já que as escolas rurais são bem mais precárias, em relação as instalações e disponibilidade de recursos didáticos. Souza (2008), ainda afirma que poucos professores têm acesso a bibliotecas ou materiais didáticos para desenvolver um trabalho pedagógico adequado à educação do campo.

A biblioteca escolar é responsável também pelo sentimento de pertencimento dos educandos ao lugar de origem, então, por meio do acervo, especialmente montado para camponeses, das atividades direcionadas sempre para as ciências da natureza e outros temas rurais e serviços vinculados ao projeto de desenvolvimento autossustentável, é possível a valorização da história e da cultura local do campo (DE OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2021, p. 159).

Ainda, pode-se observar a questão das turmas escolares da zona rural e da zona urbana: enquanto nas escolas urbanas, as crianças começam seus estudos geralmente com um ou mais professores, as crianças da zona rural ao chegarem à instituição escolar encontram, na maioria das vezes, turmas multisseriadas. Durante o ensino fundamental nos anos iniciais, as escolas são constituídas de turmas pequenas, pois a população rural geralmente possui poucos integrantes. Diante disso, para que as escolas continuem com suas atividades no campo é necessário que se faça junções de turmas (séries), multisseriadas. De acordo com Souza (2008), isso faz com que possamos pensar nas dificuldades em que as turmas multisseriadas podem trazer às crianças e aos jovens do campo durante o período escolar, pois essas junções contam com estudantes de diferentes períodos escolares e que possuem um único docente na sala de aula.

Basso (2013) argumenta que alguns estudiosos consideram as salas multisseriadas um tipo problemático de organização escolar das turmas, já que seria muito complicado para o professor trabalhar com várias séries ao mesmo tempo. Porém, por mais que essa maneira de ensino possa ser deficiente, ainda é realidade na maioria das escolas do campo. Para o professor essa não é uma tarefa fácil, uma vez que cada aluno é um ser humano único, com crenças, costumes e culturas diversas, e o docente deve levar isso em consideração e proporcionar para a turma um tratamento “igual” oferecendo o mesmo tipo de deveres e oportunidades. Para isso, seria necessário conhecer cada aluno, onde mora e qual as suas crenças para proporcionar um bom desenvolvimento escolar.

No entanto, pensar a realidade deste aluno, é uma tarefa complexa, visto a gama de realidades encontradas em cada grupo. Embora o ser humano seja único, diferente do outro em função de sua diversidade, possui algo em comum com os outros, podendo ser a cultura, o local onde mora, a religião ou a ideologia, fatores que caracterizam o indivíduo (OLIVEIRA, 2015, p. 10).

Dessa forma, a multisseriação das turmas pode ocasionar defasagem na aprendizagem, pois é pouco provável que o professor consiga ministrar os conteúdos necessários para duas ou mais turmas ao mesmo tempo. Segundo Hage (2011), os professores nessas condições se sentem angustiados e ansiosos, demonstrando insatisfação, preocupação por pretenderem realizar o

trabalho da melhor forma possível e se sentem impotentes por terem que cumprir as inúmeras tarefas administrativas e pedagógicas que devem executar ao trabalhar em uma escola nessas condições. Além disso, Souza (2008) ainda afirma, que poucos professores que atuam nas escolas da zona rural têm acesso a bibliotecas ou materiais didáticos necessários para desenvolver um trabalho pedagógico relacionado à educação do campo.

Embora, na maioria das vezes a multisseriação encontrada nas escolas do campo traz prejuízos no ensino-aprendizado dos estudantes quando comparadas às escolas da zona urbana. Por outro lado, Hage (2006) afirma que as escolas multisseriadas trazem alguns benefícios para os estudantes da zona rural, uma vez que permitem a escolarização destes aprendizes na própria comunidade rural evitando assim que os estudantes enfrentem dificuldades de deslocamento que muitas vezes envolvem longas distâncias, que causam preocupação aos pais. Outra vantagem seria a convivência de vários estudantes de diferentes séries e idades em uma única sala, o que propicia uma aprendizagem compartilhada e um apoio mútuo entre os aprendizes.

Possível migração dos jovens aprendizes

Ao finalizar os anos iniciais e o ensino fundamental, os jovens da zona rural, em sua maioria, para poder dar sequência aos estudos e formar no ensino médio devem migrar-se da escola rural para a escola urbana, uma vez que a maioria das instituições escolares rurais possuem apenas esses ciclos.

A realidade vivida pela maioria dos alunos do meio rural que iniciam seus estudos em escolas rurais é, depois da conclusão do ensino fundamental, ter como opção se deslocar para escolas na própria zona rural que ofertem Ensino Médio ou serem transferidos para escolas urbanas. Nem sempre eles terão essas duas escolhas, pois, além de as escolas rurais que ofertam o Ensino Médio serem poucas para suprir a demanda, geralmente, são espacialmente dispersas e ficam distantes das suas residências. Além do mais, para o Poder Público, pode ser mais econômico, em termos de transporte escolar, levá-los à sede dos respectivos municípios (RODRIGUES, 2017, p. 1).

Para que os jovens residentes da zona rural tenham acesso à escola urbana, mais uma vez, é necessário que se tenha um transporte escolar, e mesmo tendo o meio de transporte muitas vezes não é o suficiente pois, a distância prejudica o fluxo dos jovens até a cidade podendo levar a evasão escolar.

Quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em se deslocar de uma área para outra fica evidente a importância do transporte escolar no seu dia a dia. A falta de estradas adequadas para se locomover e condução em quantidade suficiente e em condições de uso tem trazido muitos transtornos para os discentes rurícolas como baixa qualidade no seu processo de ensino aprendizagem, e evasão escolar (ARNT; SILVA, 2008, p. 8).

Um fator que pode refletir no rendimento escolar dos estudantes que vão para as escolas urbanas é a inclusão. A inclusão no ambiente escolar refere-se não apenas às pessoas com deficiência, ou à orientação sexual ou raça, abrange também a diferença de ambiente em que cada estudante vive, um exemplo são os estudantes que sempre residiram e estudaram na zona rural e passaram a frequentar a escola da zona urbana. Essa mudança de meio, também pode dificultar o processo de aprendizagem do estudante, pois na maioria dos casos as escolas urbanas contam com turmas heterogêneas e com muitos alunos em cada sala, diferente da realidade vivida pelos jovens durante o período que estudou no campo. A inclusão de estudantes que sempre frequentaram escolas de zona rural e ingressam em uma escola da zona urbana pode não ser fácil por vários motivos, como por exemplo, a timidez e a forma de falar ou de se portar, pois por viverem em uma comunidade pequena estão habituados a conviver com um grupo específico de pessoas onde todos se conhecem e se apresentam de maneira parecida.

A diversidade cultural é uma realidade encontrada em todos os níveis da educação, e é cada vez mais levada em consideração para propiciar uma educação de qualidade e inclusiva. Reconhecer, valorizar e utilizar os conhecimentos dos alunos nas práticas pedagógicas dos professores, no currículo e no projeto político-pedagógico proporcionará a melhora da qualidade da educação para os alunos, maior integração entre professor e aluno e ampliação do envolvimento das famílias no ambiente escolar (OLIVEIRA, 2015, p. 10).

Em todos os níveis da educação a diversidade cultural é encontrada, sendo levada como importante item de qualidade na educação. Ao pensar o projeto político pedagógico, pode-se reconhecer, valorizar e utilizar os conhecimentos dos alunos, proporcionando maior integração entre escola, professor, aluno e ampliação do envolvimento das famílias no ambiente escolar.

Quando se fala do tema inclusão espera-se que todos os integrantes de um grupo sejam tratados da mesma forma, de acordo com as necessidades de cada indivíduo desse grupo. Nos dias atuais o ambiente escolar vem cada vez mais se esforçando para tornar esse meio o mais acolhedor e confortável possível como afirma: Torna-se importante observar também que política de inclusão está sendo feita a partir do momento em que falamos pensar diferente leva os professores a uma verdadeira Cruzada contra as possíveis “faltas” desses alunos na tentativa de oferecer a todos oportunidades iguais expondo suas diferenças como se fossem deficiências (PAIVA, 2008, p. 80).

CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu conhecer a história da educação nas escolas da zona rural, como e quando foi dada uma atenção voltada a realidade dos camponeses por parte dos órgãos políticos relacionadas a educação. Concluiu-se que as instituições escolares da zona rural apresentam em sua maioria uma estrutura física inferior quando comparada as escolas da zona urbana, como as instalações e disponibilidades de recursos educacionais para os estudantes.

As dificuldades, encontradas pelas crianças e jovens que residem no campo para terem acesso a escolas seja nos anos iniciais ou para conclusão do ensino médio estão diretamente relacionadas às condições estruturais, físicas, geográficas e climáticas, uma vez que as escolas devem ter o mínimo necessário para oferecer uma educação de qualidade, somadas a condição e conservação das mesmas, juntamente com o tipo de transporte utilizado tal como as situações do tráfego das estradas que são utilizadas pelos estudantes.

Para um futuro, devem-se aprofundar mais a questão da educação no campo por meio de pesquisas dentro da sala de aula com o intuito de sugerir alternativas para conseguir amenizar essa defasagem de realidade e esse choque quando os alunos chegam em uma nova escola urbana para terminar seus estudos

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; XAVIER Flavia Pereira. *Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental*. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n.169, 2018.

ARNT, Ana de Medeiros; SILVA, Ester Simão Lopes. *O Acesso as Escolas do Campo e o Transporte Escolar*. Trabalho de Conclusão de Curso. UNEMAT–Campus Tangará da Serra–MT, 2008.

BARRADAS, Rita de Cassia, et al. *Gastroenterites e infecções respiratórias agudas em crianças menores de 5 anos em área da região Sudeste do Brasil, 1986-1987: I-Infecções respiratórias agudas*. Revista de Saúde Pública, v.30, n.6, 1996.

- BARREIRO, Edson. *Políticas Educacionais e escolas rurais no Paraná: 1930-2005*. Universidade Estadual de Maringá, 2007.
- BASSO, Jaqueline Daniela; GOBATO, Ana Tatiana Staine Cardoso; ROSA, Júlia Mazinini. *O Contexto da Educação no Meio Rural no Estado de São Paulo*. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, 2012.
- DE OLIVEIRA, Mariana Paranhos; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. *Biblioteca escolar em escolas do campo: importância e possibilidades*. Revista Insignare Scientia-RIS, v. 4, n. 2, 2021.
- FREITAS, Helana Célia de Abreu. *Rumos da educação do campo*. Em aberto, v.24, n.85, 2011.
- HAGE, Salomão. *Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.87, n.217, 2006.
- HAGE, Salomão. *Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi) seriado de ensino*. Em aberto, v.24, n.85, 2011.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Internet no Brasil reproduz desigualdade do mundo real*. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34796> Acesso em: 20/10/2021.
- LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. *Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil*. Revista Saberes da Amazônia, v.3, n.7, 2018.
- MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana, Célia de Abreu. *Avanços e desafios na construção da Educação do Campo*. Em aberto, v.24, n.85, 2011.
- NETO, Luis Bezerra. *A educação rural no contexto das lutas do MST*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, 2005.
- NETO, Luiz Bezerra. *Educação Rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação no campo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- NETO, Luiz Bezerra. *Sem Terra Aprende e Ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998*. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, agosto de 1998.
- OLIVEIRA, Cléia Dalcul da Silva. *O aluno do campo na escola urbana e sua diversidade cultural*, 2015. Monografia de especialização – Faculdade de Especialização em Educação e Diversidade Cultural, Universidade Federal do Pampa. Pampa, 2015.
- PAIVA, Dalva Infantini. *Crianças de zona rural, alunos de escola urbana*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2008.
- RODRIGUES Luciana de Oliveira, et al. *Migração Educacional Rural-Urbana No Nordeste Brasileiro: Uma Análise Do Diferencial De Desempenho Escolar No Ensino Médio*. I Congress Latin American and Caribbean Regional Science Association International – XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. De 11 a 13 de outubro de 2017 – FEA/USP – São Paulo, SP – Brasil.
- SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica*. Educação & Sociedade, v.29, 2008.